

Presidente do Crea/SE, Arício Resende defende investimentos do Governo Federal para diminuir a crise

Temos uma das maiores engenharias do país

O presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (Crea-SE), o engenheiro agrônomo, Arício Resende, concedeu entrevista ao *Correio Imóveis* e fez uma análise sobre a engenharia civil em Sergipe

Correio Imóveis - Quais as perspectivas que o Crea/SE tem para o mercado da construção civil em 2016?

Arício Resende - Temos conhecimento de que o mercado imobiliário vem sofrendo uma grande retração devido à crise nacional da construção civil iniciada no final de 2014 e acentuada durante 2015, causando uma queda no crescimento econômico e do PIB nacional. A gente teme pelo ano de 2016 com relação à construção civil, no entanto, temos o conhecimento de que além das obras que ainda estão sendo executadas, o Governo Federal já sinaliza novas políticas públicas que, direcionadas ao setor, talvez venham a melhorar e acelerar nosso mercado.

CI - O senhor acredita que as medidas por parte do Governo Federal podem fazer diferença na realidade da construção civil?

AR - Existe o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] que também praticamente parou, entendemos que esses programas federais precisam ser retomados, principalmente em função daquelas obras que estão paralisadas, a exemplo das obras da Copa do Mundo, de saneamento, do Programa Minha Casa, Minha Vida que tiveram os pagamentos atrasados. Então se houver a retomada do PAC, acreditamos que, pelo menos no estado de Sergipe essa situação será amenizada.

CI - Vocês têm dados de que houve diminuição dos serviços de engenharia civil?

AR - Temos aqui diversos indicadores econômicos e um deles é o de Anotação de Responsabilidade Técnica [ART], ou seja, a cada obra ou serviço da engenharia, é necessário emitir uma ART. No ano de 2015 a quantidade desse registro manteve-se estável, não sofrendo consequências de uma crise, do ponto de vista do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Mas se prevê que eram obras em andamento, já iniciadas, para que esse indicador continue assim, é preciso que exista esses investimentos do Governo Federal, até porque a engenharia civil acaba sendo responsável por cerca de 70% do PIB [Produto Interno Bruto].



CI - Como o senhor avalia a situação e qualificação dos engenheiros no Estado, destacando essa fase de crise?

AR - A mão de obra de engenheiros em Sergipe é vasta, a nível nacional em torno de 80 mil profissionais são colocados no mercado. Temos aqui quatro universidades com o curso de engenharia civil que anualmente colocam no mercado cerca de 300 profissionais, com o crescimento verificado nesses três últimos anos, houve um grande mercado sinalizador para o profissional. Com

essa crise e retenção do mercado, a gente já nota um desemprego muito grande na área da engenharia civil. Se a gente tiver os anos anteriores como base, a tendência é que 2016 os gráficos continuem caindo, tanto no setor imobiliário quanto no campo da engenharia.

CI - Se compararmos nosso mercado com o que vem sendo praticado nacionalmente, estamos "para trás" em algum aspecto?

AR - A engenharia é uma ciência, para que ela esteja realmente voltada para a sociedade e para que seus profissionais tenham condições de trabalho, é necessário que haja um conhecimento cada vez maior dessas tecnologias. Temos na engenharia de Sergipe, uma das maiores engenharias do país, não tem deixado a desejar na área da construção em si, como na área de saneamento, esgoto e demais setores.

CI - Ainda sobre esse ano que está começando, quais as áreas de atuação do Crea/SE?

AR - Em 2015 fizemos a reforma administrativa do próprio conselho para que se crie novas e melhores formas de fiscalização. Agora em 2016 temos duas principais preocupações: a primeira com relação ao Plano Diretor e a segunda com relação à engenharia pública. Iremos procurar junto ao poder municipal, a questão do Plano Diretor porque uma cidade planejada como Aracaju, não pode depois de um período, passar a crescer sem planejamento, desordenadamente, isso é ruim para a sociedade e depõe contra as normas das grandes cidades. Sobre a engenharia pública, com relação aos órgãos públicos, a engenharia tem um histórico que precisa ser retomado através de órgãos como a Cepoh, Seinfra, DER, ou seja, estruturas que devem ser repensadas, receber um melhor tratamento do Governo do Estado através, por exemplo, da abertura de novos concursos públicos.

PLANO DIRETOR

Representantes do CAU/SE entregam análise de revisão do PDDU ao MPE/SE

Tiffany Tavares

Com a finalidade de apresentar documento de análise técnica do processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju (PDDU), representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe (CAU/SE) estiveram reunidos, na manhã desta segunda-feira, (11), com promotores e técnicos do Ministério Público do Estado de Sergipe (MPE/SE), nesta sede.

O objetivo da entrega do documento é formalizar a posição do CAU/SE, sobre a preocupação do planejamento da capital sergipana, em médio e em longo prazo. O relatório é fruto de análise das discussões das duas edições do "Ciclo de Debates sobre Trajetória, Revisão e Propostas de atuação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju", realizadas em 13 de agosto e 06 de outubro de 2015, respectivamente.

Participaram da reunião a presidente do CAU/SE Ana Maria Farias, os conselheiros estaduais Karine Santiago e Fernando Antônio de Souza (suplente), além do promotor de justiça e diretor do Centro de Apoio Operacional, Carlos Henrique Ribeiro, a promotora de justiça do Meio Ambiente e Urbanismo de Aracaju, Adriana Oliveira e analistas técnicos do MPE/SE.



Objetivo da entrega do documento é formalizar a posição do CAU/SE, sobre a preocupação do planejamento da capital sergipana

"Vimos trazer as nossas avaliações e comparações das leis, aprovadas por todos os conselheiros, além das dificuldades geradas em função do processo de revisão do plano pela Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA). Esse diálogo entre o CAU/SE e o MPE/SE é um ganho para a sociedade, pois o propósito é dar andamento a essas análises, que sejam

modificadas e implementadas no próprio projeto de revisão do PDDU", ressaltou o conselheiro estadual suplente Fernando Antônio.

Para o promotor de justiça e diretor do Centro de Apoio do Meio Ambiente e Urbanismo Carlos Henrique Siqueira Ribeiro, o CAU/SE é o ator fundamental que municia o MPE com olhar pro-

fissional, para a construção de uma cidade de qualidade. "Sem o CAU/SE, esse avanço seria quase impossível. Sua contribuição e parceria com o MPE faz com que nós tenhamos um olhar em comum, baseado nos princípios do conselho, de Arquitetura para Todos. A partir dessa munição técnica, o MPE pode exigir juridicamente do poder

público, a implementação de políticas dentro da revisão do PDDU, que sejam benéficas para o cidadão, consequentemente para a sociedade", explicou.

"Os resultados virão a partir do desencadeamento de uma série de ações que faremos para dar caráter mais prático e efetivo às mudanças do PDDU", pontou a promotora de justiça do Meio ambiente e Urbanismo de Aracaju, Adriana Oliveira, revelando que reunião foi bastante produtiva.

A presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe (CAU/SE), Ana Maria Farias destacou a importância do documento como forma de chamar a atenção do poder público e da sociedade, para a construção de uma cidade de qualidade e socialmente justa para todos. "Vimos a necessidade, após os dois ciclos de debates, da elaboração desse relatório, através da Comissão Especial de Políticas Públicas e trouxemos ao MPE nossa contribuição técnica para ser consolidada. Agradecemos ao trabalho relevante dos nossos conselheiros Fernando Antônio e Karine Santiago, além da receptividade e parceria do MPE/SE", finalizou.

Outra reunião será planejada com os demais autores envolvidos no processo de revisão do PDDU, como a sociedade, os construtores e município, para que sejam ouvidos, com objetivo de negociar e avançar nas mudanças projetadas pelo CAU/SE.